



“Revendo os 50 anos da independência em Moçambique”: Construção do Estado Pós-Independência e Políticas Socioeconómicas

José Malaire Jeque¹

RESUMO

Este artigo explora o percurso histórico das políticas socioeconómicas adotadas pelo Estado em Moçambique, particularmente nas primeiras décadas a seguir à sua independência. O processo de construção do Estado pós-colonial foi marcado por uma série de dinâmicas, limitações e paradoxos relacionados a opções socioeconómicas que se mostraram incapazes de responder aos problemas a que se propunham resolver, ao longo do tempo. Seguindo uma perspectiva de economia política suportada no rastreamento do processo histórico, o artigo resulta da revisão da literatura e documental, concentrando-se nos contornos de três principais estratégias de desenvolvimento da época: Aldeias Comuns, Plano Prospetivo Indicativo e Programa de Reabilitação Económica. Deste exercício, conclui-se que utilizando o centralismo democrático, a Frelimo estruturou seus projetos desenvolvimentistas sob um ‘caminho sinuoso’, construído pelo próprio partido-Estado, através do discurso e atitude centralizadora empregue ao Estado. Esta postura dirigista estatal é, entretanto, associada ao fracasso destas estratégias de desenvolvimento, manifestas pela adoção de medidas desadequadas e incongruentes a realidade económica, política e social vigente, associadas a intolerância a qualquer tipo de cenário que comprometesse a ‘ideologia revolucionária’ socialista pretendida.

Palavras-chave: Construção do Estado; pós-independência; políticas socioeconómicas.

¹ José Malaire Jeque é Doutorado em Políticas Públicas pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, e especialista em Descentralização e Governação Local. É Professor de Políticas Públicas, Ciência Política e Estudos Africanos, na Universidade Licungo em Moçambique. É membro regular da Associação Internacional da Ciência Política, e colabora ainda com a Associação de Estudos Africanos da África, o Centro Ibérico de Estudos Africanos, a Associação Portuguesa da Ciência Política, e a Plataforma “Encontro de Jovens Investigadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. E-mail: jjmalaire@gmail.com.



Introdução

Depois da independência, Moçambique iniciou uma empreitada de (re)construção do Estado, tomando a ideia do marxismo-leninismo como indispensável para a eliminação das relações de exploração e de opressão dominantes no período colonial-imperialista.

A grande questão que se colocou, desde cedo, não se limitava apenas a transformação da então Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)² em partido de vanguarda ‘marxista-leninista’, mas também e sobretudo na materialização da independência numa perspectiva revolucionária em meio a múltiplos desafios decorrentes do desenraizamento do aparelho do Estado colonial. Neste caso, as dinâmicas política, económica e social imediatamente a seguir à independência no país foram impulsionadas pela corporificação do pretense ‘projeto revolucionário socialista’. A edificação do socialismo acarretava o ensaio de uma série de medidas alinhadas ao paradigma definido, como garantia da transformação da sociedade moçambicana e, simultaneamente, de uma presença real do poder estatal pelo vasto território.

É no propósito da solução dos problemas socioeconómicos ‘herdados’ que o ‘novo’ Estado define, em 1977, sua linha estratégica de desenvolvimento – baseada na agricultura e indústria – e, por isso, pôs em prática duas principais ambiciosas estratégias relacionadas entre si: Aldeias Comuns e Plano Prospetivo Indicativo. Estas políticas socioeconómicas tinham em vista, primeiro, sustentar ao proclamado ‘socialismo moçambicano’, através da coletivização da propriedade dos principais meios de produção, urbanização do campo e industrialização do país, promovendo a melhoria das condições de vida da população nas zonas rurais; segundo, tornar possível o chamamento a responsabilidade de todos moçambicanos para a defesa da pátria e o combate da fome e ao subdesenvolvimento. O período de transição socialista em Moçambique seria marcado ainda pelo Programa de Reabilitação Económica – a terceira estratégia analisada neste artigo.

² Este artigo distingue “FRELIMO” – movimento de libertação criado a 25 de Junho de 1962 que vai até à independência em 1975, da “Frelimo” – partido político criado no pós-independência (oficialmente em 1977) e que perdura até hoje.



Com foco no horizonte temporal entre 1975-1990, a presente pesquisa assumiu a perspectiva da economia política, baseada no rastreamento do processo histórico moçambicano – como referencial teórico-metodológico. A mesma utilizou fontes primárias, especialmente documentos da Frelimo; legislação do Estado moçambicano pós-colonial e documentos do Centro de Estudos Africanos. Sendo uma abordagem qualitativa, a seleção das fontes bibliográficas e documentais foi feita através do rastreamento do processo histórico, que permitiu traçar uma narrativa sobre as 3 estratégias de desenvolvimento implementadas pelo Estado pós-independência em Moçambique, a partir dos critérios: características, dinâmicas, limitações e paradoxos. Portanto, é uma revisão dos 50 anos da independência de Moçambique que permite captar as interfaces das dinâmicas de desenvolvimento intrínsecas a dependência da trajetória na construção do Estado moçambicano, até aos dias de hoje.

Da independência à (re)configuração do Estado pós-colonial

A 25 de Junho de 1975, Moçambique proclama sua independência e, desde então, inicia uma marcha de (re)construção do Estado. Tendo sido a força principal da luta pela independência, a FRELIMO é reconhecida como única representante legítima do povo moçambicano e, nos termos constitucionais, foi-lhe consagrada o título de dirigente do Estado e da sociedade, tomando em suas mãos o controle do poder e o comando dos destinos do ‘novo’ país:

A República Popular de Moçambique é orientada pela linha política definida pela FRELIMO, que é a força dirigente do Estado e da Sociedade. A FRELIMO traça a orientação política básica do Estado e dirige e supervisa a acção dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo³.

Nessa altura, as circunstâncias apontavam para uma enorme legitimidade e prestígio conferido a FRELIMO pela população, como corolário do significado que a própria independência representava ao povo moçambicano.

³ Artigo 3º da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.



Quadro n.º 1: Menção a legitimidade da FRELIMO no pós-independência em Moçambique.

“(…), em 1975, os dirigentes da FRELIMO gozavam de um enorme prestígio, incarnavam a conquista da independência e da unidade nacional. Ninguém duvidava então da legitimidade do poder destes homens, cuja integridade e força moral e política impressionavam e seduziam os observadores⁴.”

“(…), foi a FRELIMO quem conquistou a independência, libertando o povo moçambicano de 500 anos de sofrimento às mãos do colonialismo português. Neste sentido, a luta armada travada pelo movimento, (…), foi a parteira da nação⁵.”

“A inegável legitimidade de que desfrutava a FRELIMO na época, o prestígio dos guerrilheiros junto da população, tanto rural como urbana, faziam com que ela dispusesse do apoio social firme da imensa maioria dos colonizados⁶.”

“O sucesso da FRELIMO em conseguir vencer este tipo específico de libertação garantiu inicialmente ao partido um alto nível de apoio popular, e a sua posição como única organização política legítima (...)”⁷.”

“Partido único, sem qualquer forma de oposição interna organizada e gozando de enorme prestígio junto da população, a FRELIMO engajou-se desde a independência na destruição de todas as formas de organização que escapassem ao seu controle⁸.”

Fonte: Elaboração própria.

O cenário de legitimidade incontestável que marcou a ‘entrada triunfal’ da Frelimo ao poder em Moçambique, tanto em zonas urbanas quanto em rurais, corrobora o sentimento de unidade, entusiasmo, raridade e fascínio que a independência transmitia ao povo moçambicano⁹. Apesar desta euforia, durante a transição, em meio a assinatura dos Acordos de Lusaka, emergiu uma certa onda de contestação em Moçambique que pode ser retratada por 2 grupos distintos:

- O primeiro, composto por uma minoria de insurgentes colonos e brancos que não reconhecia os Acordos de Lusaka e nem admitia a independência à vista. Representado pelo autoproclamado “Movimento Moçambique Livre” (MML)¹⁰, este grupo viu nulas suas pretensões, quer pela irrelevância numérica, pois tinha apenas apoio de algumas dezenas

⁴ Geffray (1991, p. 14).

⁵ Dinerman (2007, p. 108).

⁶ Lourenço (2012, p. 31).

⁷ Darch (2018, p. 12).

⁸ Brito (2019, p. 102).

⁹ Geffray (1991); Brito (2019).

¹⁰ Durante quatro dias, entre 7 e 11 de setembro de 1974, numa tentativa desesperada de deslegitimação dos Acordos de Lusaka, o MML ocupou a estação radiofônica nacional (Rádio Clube de Moçambique) e o aeroporto de Lourenço Marques, então capital (Machava, 2015).



de milhares; quer pela impossibilidade de negociação com o governo da Frelimo. Além de mais, a pressão de novas autoridades portuguesas, o cessar-fogo do Movimento das Forças Armadas (MFA)¹¹, o pleno reconhecimento da Frelimo e sua postura inflexível perante movimentos contestatários, tornavam qualquer tentativa de inviabilização da independência de Moçambique impensável. Samora Machel venceu esta posição na carta¹² que enviara ao Governo provisório de Portugal, em 1975, esclarecendo que “íamos discutir não o princípio da independência, que era o direito nosso, inalienável, não negociável, mas apenas o mecanismo da transferência de poderes para a FRELIMO, único e legítimo representante do povo moçambicano”¹³.

- O segundo, constituído por alguns jovens intelectuais¹⁴ e antigos dissidentes da FRELIMO¹⁵, propunha um modelo de independência distinto ao definido nos Acordos de Lusaka. A principal reivindicação deste ‘grupo contestatário de matiz moçambicana’ era independência imediata de Moçambique através de processo democrático, envolvendo várias formações ou partidos políticos emergentes.

O ano de 1974 é, particularmente, interessante para a história política de Moçambique pós-independência. Pois, enquanto decorria a concertação em torno da transferência de poderes, assistia-se uma espécie de primeira vaga de exigências pelo pluralismo e abertura política do ‘novo’ Estado, assinalando-se o aparecimento de algumas organizações políticas na época¹⁶:

¹¹ Depois do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, em Portugal, o MFA perdeu ímpeto e coerência, passando a considerar a posição da FRELIMO para acabar com a luta sem fornecer vantagens a Spínola e às forças que ele representava (Bragança, 1986).

¹² Carta escrita por Samora Moisés Machel, na qualidade de Presidente da Frelimo, em 18 de abril de 1975, ao Primeiro-Ministro do Governo Provisório de Portugal.

¹³ Machel (1975, p. 2).

¹⁴ Entre eles Máximo Dias, Domingos Arouca e Joana Semião (Cabrita, 2000).

¹⁵ Entre eles Uria Simango, Paulo Gumane e Mateus Gwengere (ibidem).

¹⁶ Cabrita (2000, pp. 72-74).



- (i) Grupo Unido de Moçambique (GUMO), criado em Fevereiro de 1974, com vista a proteção de direitos das “minorias étnicas” existentes na época em Moçambique¹⁷. O GUMO propunha uma “frente interna” única, pacífica e ativa – em cooperação com o governo português, incluindo a manutenção de suas instituições políticas – no fortalecimento da participação de ‘notáveis’ de diferentes grupos em questões de natureza pública, e na condução da “progressiva autonomia política” até a vitória final do povo moçambicano: a independência. Entre seus principais mentores estão Máximo Dias, Domingos Arouca e Joana Semião.
- (ii) Partido de Coligação Nacional (PCN), criado em Agosto de 1974, visando a promoção de uma sociedade “democrática” e “pluralista”, baseada no respeito a perspectivas, tradições e cultura de vários grupos raciais, sociais e étnicos que compõem o povo moçambicano. Seus principais fundadores¹⁸ são Uria Simango¹⁹, Paulo Gumane²⁰, Mateus Gwengere²¹, Basílio Banda²², Arcanjo Kambeu²³, Manuel Tristão²⁴, Nasser Mbule²⁵ e Joana Semião²⁶. A primeira declaração pública do PCN demonstra claramente a sua linha de pensamento:

the future of Mozambique should not be compromised by any accord negotiated and reached between the Lisbon government and any organization or political group to the exclusion of others. No organization should claim the right to be the sole and legitimate representative of the Mozambican people without being put to the test of democratic process²⁷.

¹⁷ Assimilados negros, mestiços e brancos – incluindo indianos e chineses – nascidos em Moçambique.

¹⁸ Grande parte dos quais dissidente da FRELIMO e ou antigos militantes do então COREMO - Comité Revolucionário de Moçambique, partido fundado em 1965.

¹⁹ Eleito presidente do partido.

²⁰ Eleito vice-presidente do partido.

²¹ Eleito conselheiro do partido.

²² Eleito secretário-geral.

²³ Eleito secretário para assuntos exteriores.

²⁴ Eleito secretário para organização.

²⁵ Eleito secretário para informação.

²⁶ Eleita secretária para educação e juventude – tempo depois de sua retirada do GUMO.

²⁷ Cabrita (2000, p. 74).



O GUMO inspirava-se nas ideias, por exemplo, de Jorge Jardim que tentou, sem sucesso, engendrar um suposto “Programa Lusaka” para uma descolonização honrosa de Moçambique, com vista à “independência com dignidade, harmonia, justiça e progresso” sob direção de Portugal²⁸. O PCN era uma espécie de mescla resultante de clivagens internas desde os movimentos ‘protonacionalistas’ do longo percurso do desenvolvimento da luta de libertação congregada pela FRELIMO, perante o complexo mosaico de diferenças étnico-regionais que caracteriza Moçambique.

Não obstante a tentativa de criação de outros movimentos políticos, o elevado apoio da esmagadora maioria da população permitiu a Frelimo desenhar o seu percurso de ‘partido-Estado’ – um Estado-nação moderno de inspiração socialista²⁹. A grande preocupação dos seus dirigentes passava pela remodelação do Estado, edificando uma nova sociedade para vencer o subdesenvolvimento e construir o socialismo a seu estilo.

Esse desiderato levaria a que o partido Frelimo implantasse o seu centralismo democrático – como instrumento de subordinação dos órgãos inferiores aos superiores e da minoria à maioria –, organizando o Estado de forma autoritária e dirigista que resultou numa “nova forma de discurso e comportamento político transformado”³⁰ que serviria de alicerce para toda estrutura político-administrativa da época.

A postura adotada pela Frelimo não é de todo surpreendente, uma vez que em África o próprio contexto impôs aos partidos libertadores a criação de novo Estado-nação e, a estes, não se lhe restava muito espaço do que o monopólio do poder em partido único e a centralização da autoridade em uma única figura, numa espécie de autoritarismo³¹. Esta é uma justificação encontrada para a centralização do poder pelas novas elites africanas, no caso do antigo ‘império português’:

²⁸ Jardim (1976, p. 25).

²⁹ A Frelimo declarou-se, efetivamente, como ‘um partido de vanguarda marxista-leninista’ no seu 3º Congresso, realizado entre os dias 3 e 7 de Fevereiro de 1977.

³⁰ Darch (2018, p. 13).

³¹ Young (2004); Dorman (2006); Matsimbe (2017).



Na África pós-independência, onde, amiúde, os Estados se tornaram plataformas instáveis de interesse mais conflituais do que compagináveis, uma opção comum foi a centralização dos processos decisórios para precaver conflitos. Em (...) Moçambique, a somar à cultura política herdada do colonialismo e coberto de intensa propaganda de uma ideologia voluntarista, (...), a concentração e a subsequente informalidade de poder firmaram-se como pedra de toque das políticas e da (des)organização do Estado³².

A mercê do partido único, o Estado empenhou-se na supressão e bloqueio de todas formas de organizações de carácter social e autónomas existentes, até porque, de contrário, seriam uma ameaça à sua autoridade e, especialmente, ao seu projeto. Deste modo, o partido foi colocando em marcha a fusão 'centralismo-democracia' por si defendida:

Pouco a pouco foram-se definindo no discurso do poder os contornos estranhos de um país fictício: dizia-se que a autoridade da Frelimo ter-lhe-ia sido delegada por uma "aliança operário-camponesa", para que exercesse, em seu nome, a ditadura sobre os seus inimigos, os inimigos do povo³³.

A lógica de controle e a atitude repressiva empregues como matizes do centralismo democrático, no percurso da construção do Estado pós-independência em Moçambique, resultam dessa percepção, pois:

Os dirigentes da Frelimo, apesar do apoio popular de que dispunham, suficientemente forte para poderem aceitar a livre expressão do movimento social que agitava a sociedade moçambicana desde a queda do regime colonial, especialmente nas cidades, não concebiam, no entanto, que pudesse haver outras formas de organização que não aquelas que emanavam diretamente das suas decisões³⁴.

Na sequência, várias organizações sociais autónomas – clubes desportivos, igrejas, associações e sindicatos – foram forçadas a mudanças, restrições ou encerramento no seu exercício:

³² Nascimento (2015, p. 252).

³³ Geffray (1991, p. 16).

³⁴ Brito (2019, p. 102).



- (i) os clubes desportivos³⁵ sujeitaram-se à alteração de seus nomes, demarcando seu distanciamento com a ‘herança’ do regime colonial e caucionando sua integração às entidades públicas ou empresas estatais no período pós-independência³⁶.
- (ii) as confissões religiosas foram-lhes impostas uma série de medidas restritivas, como supressão de cultos, retirada ou expulsão de missionários, congelamento de contas bancárias, apreensão ou nacionalização de propriedades e uso de guias de marchas pelos seus membros. Episódios envolvendo igrejas cristãs e não-cristãs, como Católica³⁷, 12 Apóstolos³⁸, Nazareno e Assembleia de Deus³⁹, Bom Pastor⁴⁰ e Testemunhas de Jeová⁴¹ são bastante elucidativos⁴². Este comportamento contrasta com o histórico papel que as igrejas e missões protestantes – como o caso da “Missão Suíça no Sul de Moçambique” – tiveram na criação de condições básicas para o desenvolvimento de uma consciência política e do nacionalismo moçambicano⁴³.
- (iii) as associações – culturais, científicas e estudantis – foram banidas em toda sua dimensão. As iniciativas de natureza juvenis, religiosas,

³⁵ O então “Sporting Clube de Lourenço Marques” mudou de nome para “Sporting Clube de Maputo” (1976), depois para “Clube dos Desportos da Maxaquene” (1978), e ligado a empresa estatal “Direção de Exploração do Transporte Aéreo” (hoje, Linhas Aéreas de Moçambique); o “Grupo Desportivo de Lourenço Marques” mudou para “Grupo Desportivo de Maputo” (1976), e ligado a empresa estatal “Direção Nacional de Aviação Civil” (hoje, Aeroportos de Moçambique); e (iii) o “Clube Ferroviário de Lourenço Marques” passou para “Clube Ferroviário de Maputo” (1976), com ligação a empresa estatal “Caminhos de Ferro de Moçambique”.

³⁶ Brito (2019).

³⁷ A “Igreja Católica” foi bastante afetada por estas restrições, considerando seu nível de inserção e influência em Moçambique, desde a época colonial, especialmente em setores sociais como educação e saúde.

³⁸ Na cidade de Maputo, membros da igreja “12 Apóstolos” foram acusados de desobediência ao Estado, uma vez flagrados em práticas de disseminação de fé (Cabrita, 2000).

³⁹ As igrejas “Nazareno” e “Assembleia de Deus” viram seus missionários e funcionários presos sem acusações concretas (ibidem).

⁴⁰ O líder da Igreja “Bom-Pastor”, Fernando Magaia, foi acusado de alegada promoção do uso de drogas e rotulado de charlatão e criminoso (ibidem).

⁴¹ A mais severa aplicação de medidas do Estado neste âmbito foi para “Igreja Testemunhas de Jeová”, nomeadamente encerramento da seita, prisão e submissão de seus membros aos “campos de reeducação”, por recusarem a aderir as aldeias comunais (ibidem).

⁴² Ibidem.

⁴³ Silva (1991, 1993, 1998).



literárias⁴⁴ e seminários⁴⁵ tiveram de ser convertidas em favor de organizações reconhecidas pelo Estado, como a Organização da Juventude Moçambicana.

- (iv) o movimento sindical – que ocorreu, na sua maioria, durante os períodos de transição e pós-independência – foi limitado a estruturas administrativas de interesses dos seus integrantes: emissão de carteiras profissionais e gestão de contribuições para a ação social⁴⁶. Assim, os seus membros proeminentes foram colocados ao ‘serviço’ das “Organizações Democráticas de Massas” como os “Grupos Dinamizadores”⁴⁷.

O centralismo democrático legitimou a destruição de iniciativas autónomas, comprovando sua preocupação na coabitação com movimentos sociais e outras formas de expressão política independente⁴⁸. De resto, “a Frelimo nunca viu nenhuma razão para criar estruturas formais e instituições que teriam constituído uma forma mais ampla e convencional de pluralismo”⁴⁹, pois o mais importante era eliminação de sequelas coloniais:

all vestiges of colonialism and imperialism would be destroyed with a view to eliminating the system of exploitation of man by man, and erecting the political, material, ideological, cultural, and social basis of the new society. (...), churches as whole were ‘banners of imperialism, against whom it is necessary to start an organized popular combat’. (...), people must be told that to attend those denominations or to spread the word of missionaries is like working against Mozambique and

⁴⁴ As editoras e distribuidoras da literatura religiosa passam a submeter-se ao Instituto Nacional de Livro e Disco (Cabrita, 2000).

⁴⁵ Os estudantes só podiam ingressar aos seminários depois de completarem 18 anos de idade e cumprirem o serviço militar obrigatório.

⁴⁶ Em 1976, o partido-Estado organizou os trabalhadores – nos serviços estatais, nas fábricas e unidades de produção – em “Conselhos de Produção” e “Conselhos de Controle de Produção”. Este exercício serviu de plataforma para o futuro sindicato nacional: “OTM – Organização dos Trabalhadores Moçambicanos”, criada em 1983 (Brito, 2019).

⁴⁷ Francisco (2010); Brito (2019).

⁴⁸ Brito (2019).

⁴⁹ Darch (2018, p. 13).



serving the imperialist powers which resort to any method to achieve their goals⁵⁰.

Significa que a construção do Estado pós-independência em Moçambique foi marcada pelo excessivo controle central, captura da estrutura administrativa estatal pelo partido e frustração de formas alternativas de nacionalismo e oposição aos princípios do regime⁵¹. Pois, para Frelimo-Estado, a construção do 'seu' socialismo exigia uma direção centralizada do Estado, suportada pela lógica administrativa e repressiva.

Ambição (des)medida sobre caminho sinuoso

Com a proclamação da sua independência, Moçambique herdou um Estado moderno construído a partir do projeto colonial. Vale dizer, um estado fascista ao serviço direto da acumulação capitalista por via do controle e recrutamento da força de trabalho e da imposição de culturas obrigatórias e outros mecanismos de exploração extrema pelo vasto território⁵².

O "Estado moçambicano" herdado do colonialismo apresenta três principais características: externo, centralizado e mole. Primeiro, era resultado de um projeto externo, significando não apenas ter sido criado sobre um ambiente de contingências, mas também carecia de legitimidade e predominância do contexto africano. Segundo, era altamente centralizado em termos de estrutura político-administrativa e sua economia política, tendo em conta que o seu comando provinha do centro. Terceiro, era fraco, por conta do déficit em termos de capacidade de presença real em todo território, limitando-o tanto no exercício das funções estatais quanto na própria prestação dos mais diversos serviços públicos⁵³.

Isto explica por que a elite africana, com tão pouco tempo de preparação para a independência, herdou estruturas estatais alienígenas, desenvolvidas pelos

⁵⁰ Cabrita (2000, p. 108, 121).

⁵¹ Darch (2018); Brito (2019).

⁵² O Estado colonial tinha déficit de administração na extensão de Moçambique, até porque a sua atuação limitava-se a áreas e aspetos mais importantes, relegando, à sua própria sorte, imenso território sem cobertura relativamente a satisfação das demandas da população respetiva (Monteiro, 2006).

⁵³ Monteiro (2006, 2011).



mecanismos coercitivos e controles políticos e económico centralizados, resultantes da imposição do estado-nação criado e estruturado artificialmente pelo imperialismo⁵⁴. Por isso:

Face à necessidade de estender rapidamente a sua presença à totalidade do território, a Frelimo encontrava-se perante uma tarefa para a qual não dispunha de um número suficiente de quadros. (...). Assim, para conseguir implantar-se, não só nos centros urbanos, mas também nas zonas rurais do país que tinham estado até ao fim do conflito sob controle direto do Estado colonial, só lhe restava uma via: apelar aos seus simpatizantes para que tomassem eles próprios a iniciativa de criar uma rede do “partido” cobrindo todo o país⁵⁵.

Em reconhecimento aos desafios de uma presença efetiva ao longo do território, o Estado pós-independência propôs-se a estabelecer uma estreita ligação com as comunidades locais através de uma administração que pautasse em respostas aos problemas e anseios prementes no nível local. Neste sentido, a redefinição da estrutura político-administrativa do Estado impunha estratégias de desenvolvimento baseadas, conforme o próprio partido, tanto na produção agrícola quanto na industrialização:

A estratégia do nosso desenvolvimento apoia-se na produção agrícola. As Aldeias Comunais são o eixo fundamental da libertação do Homem no campo. A indústria é o fator dinamizador do desenvolvimento económico. A edificação da indústria pesada constitui o fator decisivo da nossa independência total, permite a ruptura com a integração no sistema imperialista⁵⁶.

No período entre 1975-1990, o Estado pós-independência em Moçambique definiu 3 principais políticas socioeconómicas de desenvolvimento⁵⁷: Aldeias Comunais; Plano Prospetivo Indicativo; e Programa de Reabilitação Económica⁵⁸ – que são caracterizadas e problematizadas, a seguir.

⁵⁴ Va Wyk (2007).

⁵⁵ Brito (2019, p. 83).

⁵⁶ Frelimo (1979, p. 117).

⁵⁷ A linha estratégica de desenvolvimento de Moçambique no pós-independência foi estabelecida no 3º Congresso da Frelimo, a partir da visão de planificação socialista para a transformação total da sociedade moçambicana (Bragança e First, 1981).

⁵⁸ Também conhecida por “Programa de Reajustamento Económico”.



Aldeias Comunais

Uma das principais estratégias adotadas pela Frelimo no contexto da construção do Estado pós-independência em Moçambique, particularmente para as zonas rurais, são as “Aldeias Comunais”, doravante, ACs⁵⁹.

Na prática, as ACs tornaram-se a “espinha dorsal do desenvolvimento das forças produtivas do campo”⁶⁰, a partir de 1976, como:

opção estratégica de socialização das zonas rurais porque é nelas que, através da produção colectiva (...) se consegue um rápido crescimento da consciência revolucionária e de classe dos trabalhadores e se torna possível atingir com relativa rapidez a auto-suficiência alimentar e a satisfação das necessidades de saúde, educação e cultura, grandes objetivos imediatos de cada Aldeia Comunal⁶¹.

As ACs foram definidas como unidades com funções tríplices: produtiva económica, política e social. O relatório do Seminário sobre as ACs, em 1979-1980⁶², referia a multifuncionalidade destas:

As Aldeias Comunais deverão ser a base da transformação rural em Moçambique, as unidades políticas e económicas através das quais a vida colectiva será desenvolvida. A organização fragmentada da vida rural associada a baixa produtividade tanto da terra como dos trabalhadores, está a tomar nova forma nas aldeias centralizadas que permitem o desenvolvimento dos métodos coletivos de produção, um nível superior de mobilização política e a facultação de facilidades educativas e de saúde comuns⁶³.

A estratégia das ACs gravitava em torno de dois eixos fundamentais: (i) como propriedade coletiva dos principais meios de produção – machambas estatais e cooperativas; e (ii) como mecanismo de urbanização socialista do campo.

A coletivização dos meios de produção que resultava da nacionalização das explorações agrícolas de grande escala, reorganizadas em moldes socialistas, para a

⁵⁹ O marco das ACs pode ser associado ao ano de 1977 na sequência do III congresso da Frelimo que definiu a matriz global do desenvolvimento de Moçambique para a época.

⁶⁰ Frelimo (1976); CEA (1979); Almeida Serra (1991); Mosca (1996).

⁶¹ Almeida Serra (1991, p. 505).

⁶² CEA (1979).

⁶³ CEA (1979, p. 12).



transformação da produção dos camponeses, portanto, criação de novas formas de produção coletiva⁶⁴. Neste caso, as plantações e as grandes machambas coloniais foram convertidas em machambas estatais e as pequenas machambas transformadas em cooperativas, ao mesmo tempo que seus membros mantinham as suas próprias machambas dispersas em outros lugares. Entretanto, o investimento e a produção de excedentes agrícolas deveriam estar concentrados, prioritariamente, nas machambas estatais e, de seguida, nas cooperativas⁶⁵.

Já a urbanização socialista do campo consistia na organização das comunidades e criação de condições e infraestruturas adequadas para a provisão de serviços públicos essenciais nas zonas rurais. Este eixo buscava a melhoria das condições de vida material dos camponeses: habitação, educação, saúde, abastecimento de água potável, energia, provisão de alimentos, entre outros⁶⁶.

Dito isto, a pretensão da vida coletiva e da coletivização da produção, para a transformação do meio rural em espaço oportuno de edificação do projeto Estado-nação, passava pela modernização da sociedade e rutura com os sistemas capitalista e tradicional em nome de uma nova existência social dos indivíduos, que serão reconhecidos em referência a estrutura político-administrativa vigente no contexto do Estado nacional pós-independência. Em última instância, cabia as ACs a eliminação do poder de autoridades com raiz feudal que haviam sido reforçadas pelo colonialismo para o controle da força de trabalho e tornadas em uma das várias fontes de diferenciação e acumulação na época colonial.

Não obstante a adesão massiva dos camponeses às ACs, no início⁶⁷, associada a ganhos de natureza social – habitação, escolas, postos de saúde, abastecimento de água, alimentação⁶⁸ –, o entusiasmo pelas mudanças em torno desta estratégia

⁶⁴ Esta perspectiva foi inspirada pelas experiências da União Soviética, Cuba, China, Vietname e dos regimes pós-II Guerra Mundial nos países da Europa do Leste (O’Laughlin, 2016, 2017).

⁶⁵ Wuyts (1981a, 1981b, 1986, 2001); O’Laughlin (1981, 1996, 2016, 2017); Mackintosh & Wuyts (1988).

⁶⁶ Revista Tempo (1977); Araújo (1988); Geffray (1991); Mosca (1996); Gallo (2016); Brito (2019).

⁶⁷ Mosca (1996) destaca que num período de entre 3-4 anos, mais de 40% da população rural residia em aldeias, o que revela a massificação e rapidez do movimento das ACs inicialmente.

⁶⁸ O’Laughlin (2016, 2017) refere que a nacionalização da educação e saúde [24 de Julho de 1975] melhorou o acesso a estes serviços nas zonas rurais, pelo menos até à intensificação da guerra na década de 1980.



diluiu-se em pouco tempo. São apontadas como as principais razões para o não alcance dos objetivos pretendidos pelas ACs aspectos relacionados a inadequação das políticas agrárias e o fato de as novas estruturas político-administrativas não democráticas:

- a concentração de recursos na mecanização das machambas estatais e a consequente negligência do campesinato e sua transformação gradual através das ACs e a valorização da produção camponesa, que se tornou crítica como questão de estratégia económica e no estabelecimento de bases política, económica e social para a transformação socialista da sociedade; e a contínua utilização da mão-de-obra sazonal nas machambas estatais que contribuiu para a redução dos níveis de produtividade, pois, de certo modo, reproduziam os padrões de produção coloniais⁶⁹.
- a localização e tamanho das próprias ACs, como escolha de locais sem atenção a disponibilidade de terra para o desenvolvimento de aldeias; desgaste de solos por cultivo excessivo e excesso de pastagem; falta de água limpa e madeira, que impunham perda demasiado de tempo no seu transporte; dificuldades na comercialização de excedentes dos camponeses, incluindo as facilidades básicas de subsistências; dificuldades para o desenvolvimento de estruturas político-administrativas cabalmente representativas nas aldeias; entre outras⁷⁰.
- a fraca cooperativização do campesinato, que contribuiu para a crise de produtividade agrícola nos setores estatal e cooperativo, e a sazonalidade nas machambas estatais, dada a continuação da dependência pela contratação da mão-de-obra temporário, muitas vezes migrante. A marginalização do setor produtivo familiar – primazia pela produção agrícola em larga escala, considerada tecnologicamente moderna e mais produtiva, em detrimento da produção familiar de pequena escala – comprometeu não apenas a consolidação socialista do setor estatal, transformação da base de classe do estado revolucionário, e transformação

⁶⁹ Wuyts (1981a, 1981b, 2001).

⁷⁰ CEA (1979).



socialista da agricultura familiar, mas também reforçou a antiga estrutura colonial de rentabilidade⁷¹.

- a marginalização dos princípios definidos pela própria estratégia das ACs, como contradições operacionais entre espaço de produção coletiva e familiar; afastamento de famílias das suas anteriores unidades residenciais-produtivas sem substituição adequada; surgimento de uma produção cooperativa de forma artificial, forçada e pouco organizada; competição entre os responsáveis distritais na implementação das ACs, numa busca clara por protagonismo “político-partidário”, que resultaram em baixa produtividade, desmobilização e abandono pelos camponeses, entre outros aspetos⁷².
- a contradição em torno da estratégia então definida, que atribuiu um carácter residual e transitório ao setor produtivo familiar em relação ao seu papel na lógica global da estratégia agrícola. Porquanto a conceção das ACs foi baseada na interpretação equivocada da realidade económica e social dos camponeses, a de que estes tinham ligações relativamente marginais com o mercado e pouca dependência deste para a sua sobrevivência⁷³.
- a não alteração da base produtiva, sobretudo pela marginalização do setor familiar na política agrária socialista, que não se transformou em cooperativista; desadaptação deste modelo socializante à diversidade das realidades das comunidades locais; e radicalização, rapidez e erros de implementação das medidas relacionadas com este modelo de desenvolvimento rural⁷⁴.

A problemática das ACs é extensiva ao debate sobre a ‘antropologia da guerra pós-colonial’ em Moçambique, dividindo opiniões entre ‘defensores da guerra civil’ e ‘defensores da guerra de desestabilização’.

⁷¹ O’Laughlin (1981, 1995, 1996, 2016, 2017).

⁷² Araújo (1988).

⁷³ Almeida Serra (1991).

⁷⁴ Mosca (1996, 2011, 2017, 2021).



Para a perspectiva ‘defensora da guerra civil’⁷⁵, os problemas das ACs explicam o enraizamento da Renamo em várias zonas rurais do país, durante a guerra civil. Aqui, dá-se ênfase não apenas em ruturas resultantes de políticas agrárias, socialização do campo e cooperativização, mas sobretudo a radicalização e discriminação perpetradas pelo partido-Estado contra as autoridades tradicionais, incluindo atitudes de marginalização, humilhação e ridicularização da liderança local no seu papel político, social e religioso. Neste caso, as ACs ostracizaram diferenças históricas e sociais, assim como motivações e aspirações reais das comunidades, no silenciamento de poderes e autoridades locais⁷⁶:

Entre 1980 e 1984, *tornou-se notória a desistência nas aldeias (...), as “cooperativas de produção” não produziam nada. Na realidade, a estratégia das aldeias comunais tinha já nessa altura mostrado a sua verdadeira natureza por todo o país, revelando-se como um instrumento político extremamente eficaz, não para o “desenvolvimento” das regiões rurais, mas para a edificação no campo de um aparelho administrativo de Estado. (...). E, a sequência da nova estrutura estatal, na sua maioria ao serviço do partido, o país ficou em poucos anos coberto por uma rede de administração hierarquizada, fundada sobre a entidade administrativa e política aldeã. (...) Esta construção do Estado nacional no campo foi inteiramente levada a cabo em ruptura e conflito aberto com os elementos política e socialmente respeitados a nível local pelas populações e por elas investidos de uma autoridade reconhecida*⁷⁷.

Esta mesma linha de pensamento revela que o impacto desta política de aldeamento forçado e ao fato de as novas estruturas serem não democráticas, no contexto da construção do Estado pós-colonial, teriam influenciado a legitimação da Renamo pelas comunidades rurais⁷⁸:

Durante muitos anos, a ideia de que a guerra civil que assolou Moçambique era conduzida por um exército mercenário ao serviço de interesses externos foi considerada inquestionável, desconhecendo-se

⁷⁵ Cahen (1987); Geffray (1986, 1991); Hall (1990); O’Meara (1991); Florêncio (2002); Borges Coelho (2002); Siebert (2003); Temudo (2005); Brito (2019).

⁷⁶ Geffray (1991).

⁷⁷ Ibidem (p. 21). O destacado não é original.

⁷⁸ Temudo (2005).



que a Renamo possuía uma base social de apoio rural e que a produção agrícola constituía uma das fontes de financiamento da guerra. Após a independência, o partido-Estado Frelimo provocou uma desestruturação social, económica, política e cultural das sociedades rurais, conduzindo um projecto de desenvolvimento e de construção da nação autoritário e centralizado, que pôs em causa direitos fundamentais de cidadania. A adesão à guerra de parte da população pode assim ser interpretada como uma tentativa de conquista desses direitos. (...). A adesão à Renamo de certas famílias deveu-se não só ao descontentamento motivado pelas consequências da sua integração em aldeias comunais e pela desautorização dos chefes tradicionais e suas cerimónias e rituais, mas também às expectativas em relação à *melhoria das condições de vida*⁷⁹.

Em sentido contrário, os ‘defensores da guerra de desestabilização’⁸⁰ encontram as origens da guerra pós-independência em Moçambique nos fatores externos. Alinhada ao discurso oficial, as suas análises recaem para a tentativa de sabotagem e desestabilização resultantes dos contextos regional, marcado por profundas hostilidades relacionadas a regimes racistas da Rodésia do Sul e do *apartheid* da África do Sul; e global, assinalado pela Guerra Fria e bipolarização mundial, na época.

O fundamento de cartaz para esta segunda perspectiva é que a Renamo – “um movimento militar rebelde”⁸¹ – era produto meramente de forças externas engajadas numa guerra de desestabilização contra um Estado independente de linha socialista, liderado por um partido legítimo e amplamente aceite pelas massas populares. Aqui, sublinha-se que nos primeiros anos desta guerra, a Renamo recebeu apoio logístico da Rodésia do Sul, da África do Sul e dos EUA.

A dinâmica das ACs reflete particularmente que, aos poucos, em meio ao objetivo da “destruição de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, para a eliminação do sistema de exploração do homem pelo homem e para a edificação da base política, material, ideológica, cultural e social da nova sociedade”⁸², a admiração e

⁷⁹ Ibidem (p. 32, 39). O destacado não é original.

⁸⁰ Bragança (1978); Isaacman e Isaacman (1983); Hanlon (1984, 1991); Bragança e Depelchin (1986); Minter (1989, 1994); Wuyts (1989); O’Laughlin (1991); Vines (1991, 1992, 1998); Dinerman (1994, 2007); Nillsson e Abrahamsson (1994); West (2008).

⁸¹ Dinerman (1994, p. 103).

⁸² Trindade (2003, p. 97).



o apoio populares emprestados ao partido-Estado foram esvaziando diante de atitudes excessivas e não esperadas de um Estado que prometera uma libertação do povo de qualquer tipo de subjugação, mas que na realidade, ele próprio, mostrava-se cada vez mais comprometido com repressão e controle social, concorrendo para uma crescente frustração de expectativas populares e, conseqüente, questionamento por parte daqueles que outrora mobilizaram-se em nome do projeto comum.

Às evidências do endurecimento estatal, no período da construção do Estado pós-colonial em Moçambique, podem ser acrescidas seguintes medidas:

- aprovação do Decreto-Lei n.º 21/75 de 11 de Outubro, que criou o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), um órgão com poderes excepcionais, entre os quais, o de “deter pessoas, determinando-lhes o destino que achar mais conveniente: de as remeter à autoridade policial competente, aos tribunais, ou aos campos de reeducação”^{83[84]}.
- aprovação, em 1983, da “Lei das Chicotadas” no contexto da implantação da “justiça revolucionária” que estabelecia uma série de penas severas, muitas vezes, executadas em público, como tortura corporal e pena de morte aos violadores do ‘projeto nacional’⁸⁵.
- implementação, em 1983, da “Operação Produção” nos centros urbanos, para a evacuação de supostos “improdutivos urbanos”⁸⁶, conduzindo-os às “atividades produtivas” agrícolas em zonas rurais⁸⁷. Alinhada aos propósitos da revolução socialista, esta medida visava o controle do massivo êxodo rural e pressões sociais conseqüentes, como desemprego e revoltas, daí que servia como instrumento de combate contra

⁸³ Ibidem (p. 106).

⁸⁴ Nos termos do artigo 48 da Lei n.º 2/79, de 1 de Março de 1979, competia ao SNASP a instrução preparatória de “crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular (Documentos da 4ª Sessão da Comissão Permanente da Assembleia Popular).

⁸⁵ Lei n.º 5/83 de 1 de Abril.

⁸⁶ Pessoas desempregadas ou sem provas de um trabalho formal perdiam direito de viver em zonas urbanas e deviam ser enviadas aos “campos de produção” ou “aldeamentos forçados” (Geffray, 1991; Brito 2019).

⁸⁷ (Quembo, 2012, 2015).



ociosidade, preguiça, banditismo, drogas, alcoolismo e prostituição nas cidades⁸⁸.

Esta personalidade da Frelimo é concordante ao pensamento e a prática dos “partidos libertadores” em África, pois a elite tradicional deveria ser marginalizada do processo de governação por representar um obstáculo à modernização: a construção da sociedade moderna e desenvolvida⁸⁹.

Plano Prospetivo Indicativo

No quadro da edificação do Estado pós-independência para a colocação do país na órbita do desenvolvimento, o governo da Frelimo concebeu e implementou o ambicioso Plano Prospetivo Indicativo - PPI. Aprovado pelo Governo, em 1980, é considerado um programa marcante do percurso económico de Moçambique, como estratégia económica para liquidação do subdesenvolvimento e construção das bases do socialismo em apenas uma década: 1980-1990⁹⁰. O PPI visava “expandir, rapidamente, a capacidade e o produto material da economia para superar o subdesenvolvimento e a debilidade da estrutura socioeconómica e eliminar a pobreza”⁹¹.

Esta estratégia de desenvolvimento de Moçambique pós-independência concentrava suas linhas de ação em 3 pilares básicos⁹². Primeiro, socialização do campo, assente no rápido desenvolvimento das forças produtivas organizadas em empresas agrícolas estatais ou cooperativas, através da integração de mais de 10 milhões de pessoas em cooperativas e, no setor agrário, do cultivo de uma área de cerca de 1 milhão de hectares. Segundo, industrialização, relacionada com a transformação agroindustrial e com grandes projetos minerais e energéticos, centrados no vale do Zambeze, através da criação e desenvolvimento da indústria

⁸⁸ Geffray (1991); Thomaz (2008); Quembo (2012, 2015); Brito (2019). Na ótica de Brito (2019), certos meandros da Frelimo, via a “Operação Produção” como disfarce ao objetivo de eliminação da “ameaça” representada por uma camada social cada vez mais crescente de pessoas desocupada, nas grandes cidades, o que era considerado de potencial perigo, inclusive de apoio à Renamo.

⁸⁹ Van Wyk (2007).

⁹⁰ O PPI só viria a ser aprovado em 1981, marcando a sua adoção oficial (Castel-Branco, 1994b).

⁹¹ Castel-Branco (1995, p. 601).

⁹² Castel-Branco (1994b, 1995, 2017a, 2022); Castel-Branco e Maia (2022); Castel-Branco, Massingue e Ali (2010); Brito (2019).



pesada: ferro e aço. Terceiro, educação, centrada na formação de quadros, através de programa generalizado de educação e formação profissional para responder às necessidades dos pilares anteriores.

A longo prazo, esta estratégia propunha a “construção das bases essenciais para a indústria básica em Moçambique”⁹³. Neste sentido, um desenvolvimento industrial acelerado, priorizando o crescimento rápido da produção material, que implicava uma quintuplicação do produto material, através da taxa média anual de crescimento de 17,5% numa década.

A motivação desta estratégia de desenvolvimento industrial acelerado residia em perspectivas de rápido crescimento económico assentes (i) no reforço do papel do setor estatal e da planificação centralizada; (ii) na realização de novos e grandes investimentos de raiz; (iii) na localização dos grandes agregados industriais nas proximidades das suas fontes de matérias-primas principais e dos mercados para os seus produtos finais; e (iv) na concentração e racionalização do parque industrial existente⁹⁴. A ideia parecia simples e correta: transformação da estrutura industrial – modernização, aprofundamento e expansão da sua malha e ligações, e criação de indústria produtora de fatores de produção e de materiais – que resultasse no desenvolvimento dos diferentes setores da economia moçambicana, pois a indústria deveria ser capaz de criar e aplicar novas tecnologias⁹⁵. Na linha dos seus propósitos, o PPI apresentava 5 principais características⁹⁶:

- (i) centralização do processo de acumulação de capital no Estado;
- (ii) centralização do investimento no setor empresarial estatal;
- (iii) marginalização dos restantes setores da economia, como o campesinato;
- (iv) marginalização da transformação da organização social da economia;
- (v) aplicação de um sistema passivo de gestão macroeconómica e financiamento: simples instrumento burocrático do plano material.

⁹³ Castel-Branco (1994b).

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Castel-Branco (1994a, 1994b, 1995, 2017a).

⁹⁶ Castel-Branco (1995).



O sucesso desta medida exigia enormes investimentos dependentes da mobilização de recursos externos, garantida pela cooperação internacional, especialmente a possível adesão do país à Comunidade de Ajuda Mútua Económica e ou Comunidade Económica do Bloco Socialista – pretensão que viria a não ser materializada⁹⁷.

Na prática, o PPI estabelecia estreita relação de complementaridade com os propósitos das ACs, pois “(...) a socialização do campo *constituía* uma prioridade do Plano Prospectivo Indicativo (...), *considerando que*, a agricultura é a base e a indústria o factor dinamizador decisivo (...), *o que torna* o seu inter-relacionamento fundamental”^{98[99]}. Não é por acaso que, em 4 de Agosto de 1979, no discurso de encerramento da 5ª Sessão Extraordinária do Conselho de Ministros Alargado, Samora Machel – então Presidente República Popular de Moçambique – patenteava a conexão entre estas duas estratégias de desenvolvimento:

(...) chegar a 1990 com uma indústria desenvolvida, com a indústria de base a funcionar, a agricultura relativamente mecanizada, (...) com o complemento da cooperativização do setor familiar, a urbanização, (...). A próxima década deverá completar o processo das Aldeias Comuns (...)¹⁰⁰.

O debate sobre causas do falhanço desta estratégia ressoa, historicamente, entre duas linhas. Primeira, centrada no discurso oficial do governo, conjugada a abordagem neoliberal de estabilização e ajustamento estrutural, aponta para os fatores externos e internos: guerra, calamidades naturais, deterioração dos termos de troca internacionais das exportações relativamente às importações e erros de gestão económica¹⁰¹. Segunda, baseada em explicações alternativas as cíclicas crises económicas em Moçambique, foca para (i) estruturas de especialização e dependência da própria economia que não mudaram significativamente, naquele período, quanto se

⁹⁷ Castel-Branco (1994b, 1995, 2017b); Brito (2019).

⁹⁸ Bragança e First (1981, p. 2).

⁹⁹ O destacado não é original.

¹⁰⁰ Almeida Serra (1991, p. 552).

¹⁰¹ Oppenheimer (1993); Costa (2009); Castel-Branco (2017a, 2022); Castel-Branco e Maia (2022).



esperava, e (ii) no modo de acumulação de capital relacionado a expropriação do Estado no contexto de construção de classes de capitalistas nacionais¹⁰².

Vale dizer que os objetivos e as metas fixas no PPI eram extremamente ousados, por exemplo, no campo da transformação agrícola, pouco realistas e manifestamente não adaptadas aos meios – humanos, materiais e financeiros – disponíveis. E mais, esta estratégia não considerava a luta quer entre os interesses sociais do momento quer entre os emergentes ao longo da transformação social – uma condicionante fundamental da possibilidade da sua prossecução e realização¹⁰³. Este paradoxo não apenas comprometeu o alcance de seus propósitos, mas também acabaria por encurtar o seu ‘tempo de vida’:

(...), by the early 1980s it had already become clear that the PPI-driven ‘big push’ had failed. (...), the ‘big push’ was maintained for only two years and, by 1984, the performance of the economy was significantly worse than in 1979. Investment grew meteorically, as one would expect from a programme designed to quintuple the size of the economy in 10 years, but only for two years. (...), and for this reason, the government abandoned it halfway through the time frame¹⁰⁴.

Apesar de alguns avanços, do ponto de vista de investimentos, ocorridos nos primeiros anos da implementação desta estratégia, o seu destino estava traçado; pelo que, a prática certificou que a grande ‘ambição’ não passava de mera ilusão.

Programa de Reabilitação Económica

À entrada da segunda metade da década de 1980, o modelo de planificação centralizado e as estratégias iniciais de desenvolvimento – a socialização de campo e a industrialização acelerada – definidas no pós-independência, a pouco e pouco, foram evidenciando fraquezas de praticabilidade e sinais de fracasso diante da complexidade do país. Na sequência, várias questões foram sendo colocadas em torno do pensamento de desenvolvimento traçado até aqui. Iniciava uma nova empreitada de ações e estratégias capazes de recolocar Moçambique na direção de transformações

¹⁰² Wuyts (1986, 1989); Castel-Branco (2017a, 2022); Castel-Branco e Maia (2022).

¹⁰³ Almeida Serra (1991).

¹⁰⁴ Castel-Branco (2022, p. 21); Castel-Branco e Maia (2022b, p. 52).



pretendidas. Neste sentido, foi adotada uma nova abordagem virada a inverter o cenário socioeconómico relacionado a problemas estruturais da economia, erros sucessivos e crises com que se debateram as anteriores estratégias. Era chegada a hora do Programa de Reabilitação Económica (PRE)¹⁰⁵, para o período de 1987-1990.

Refira-se que este programa constituía uma resposta de matiz neoliberal de estabilização e ajustamento estrutural assente nos princípios do “Consenso de Washington” e concretizado através de políticas das instituições financeiras internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM)¹⁰⁶. O PRE colocava incidência em 3 principais reformas económicas: liberalização de preços¹⁰⁷, privatizações¹⁰⁸ e estabilização monetária¹⁰⁹.

A mudança estratégica operada com as medidas do (re)ajustamento estrutural configurava uma espécie de ‘suicídio’ necessário face ao agravamento das condições do país em termos político, económico e social, sobretudo no período entre 1983 e 1986. Praticamente, o conjunto de medidas definidas no âmbito deste programa, como “liberalização do comércio, desvalorização da taxa de câmbio e estabilização macroeconómica”¹¹⁰, “impostas pelas Instituições de Bretton Woods” (IBWs)¹¹¹, serviu de plataforma para integração da economia moçambicana nas diretrizes da economia de mercado “rumo a estruturas económicas mais amplas e diversificadas”¹¹².

Na mesma linha das estratégias de desenvolvimento anteriores, o PRES¹¹³ estabelecia objetivos ambiciosos e diretamente relacionados aos setores agrário e industrial, a saber¹¹⁴:

¹⁰⁵ Oficialmente adotado em Maio de 1987, a conversão de Moçambique a membro das IBWs ocorreu a 24 de Setembro de 1984.

¹⁰⁶ Wuyts (1996); Castel-Branco (2017a, 2017b, 2022); Castel-Branco e Maia (2022); Mosca (2021).

¹⁰⁷ A liberalização dos mercados e preços tinham em vista o equilíbrio da oferta e procura para estimular a produção (Mosca, 2021).

¹⁰⁸ As privatizações visavam o equilibrar as finanças públicas, libertar o Estado de atividades não estratégicas, promover o empresariado nacional e mobilizar o capital acumulado pelos comerciantes e outros agentes económicos (Castel-Branco, 2017b).

¹⁰⁹ A estabilização monetária era por via do controle da inflação (Castel-Branco, 2017a).

¹¹⁰ Wuyts (1996, p. 727).

¹¹¹ Mosca (2021, p. 17).

¹¹² Castel-Branco e Maia (2022, p. 52).

¹¹³ Com a incorporação da componente social, incluindo a luta contra a pobreza, este programa chamou-se PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social (Oppenheimer, 1993; Castel-Branco, 1994a).

¹¹⁴ Castel-Branco (1994a, 1994b).



- ✓ atingir, até 1990, os níveis de produção e exportação de 1981 nos setores considerados prioritários, como indústrias de produção de bens de consumo, de produção de instrumento de trabalho para o campo e transformadoras de produtos agrícolas.
- ✓ alterar o ambiente para desenvolvimento industrial através da liberalização e privatização das empresas e estabelecimentos industriais.
- ✓ lançar as bases para uma política industrial virada para um desenvolvimento equilibrado e competitivo para o futuro.

Para travar a contínua degradação da economia, o PRES tinha como foco operacional a reabilitação da produção e circulação de mercadorias nas zonas rurais, subordinando todos os demais setores, como indústrias ligeiras e de bens de consumo, indústrias pesadas e bens de investimento, indústrias geradoras de moeda externa e de receitas fiscais e estabilizadoras dos níveis de emprego, obras públicas e transportes, energia e água, entre outros¹¹⁵. O PRES representava não apenas uma viragem ideológica do partido-Estado de inspiração socialista alicerçado, até então, no centralismo democrático, mas também uma rendição dos dirigentes da própria Frelimo em favor de abordagens de inspiração capitalista subordinadas às políticas do FMI e BM.

Com efeito, na mesma linha dos acontecimentos das estratégias precedentes, o PRES mostrou-se incapaz de robustecer a economia para superar os problemas estruturais, tendo em conta não apenas incongruências a ‘nascença’ no campo económico, mas também seus efeitos nos âmbitos político e social, incluindo, a propiciação do sistema de acumulação capitalista privada de riqueza no Moçambique contemporâneo. Vários aspetos são apontados como determinantes para o fracasso desta medida, entre os quais:

- as medidas do FMI e BM ignoraram por completo as condições contextuais do país na época: (i) a guerra, (ii) a (consequente) situação de vulnerabilidade em que se encontrava grande parte da população,

¹¹⁵ Castel-Branco, Massingue e Ali (2010).



particularmente rural, e, mais importante ainda, (iii) que a própria economia precisava de se organizar para a adoção de políticas que relacionassem a defesa, a produção e o abastecimento de gêneros¹¹⁶.

- as divergências existentes desde o início quanto a prioridades, entre o setor agrícola do partido-Estado e a questão da estabilização macroeconômica, definida pelo FMI e BM, motivadas pelo desconhecimento da realidade de Moçambique por parte destas IBWs. Aliás, as medidas impostas por estas duas instituições bloquearam a reconstrução do país e conduziram-no, para uma espécie de “paz sem benefício”, depois da guerra de “desestabilização”¹¹⁷.
- as medidas do (re)ajustamento estrutural promoveram a “disciplinarização de Moçambique”, através de estratégias neoliberais de riscos na relação entre o centro e a periferia: a “invenção de atores” e “visibilidade do país”. O PRES traçou novo perfil da sociedade, tornando-a individualista, reduzindo a realidade do país a números ou ignorando o lado social das suas políticas. E ainda, reinventou o país como um espaço sedento de intervenção externa: como alvo e recipiente do auxílio externo¹¹⁸.
- as medidas no âmbito deste programa tinham pouco de “transformação estrutural”, pois, de certa maneira, limitavam-se ao funcionamento dos mercados na ótica neoliberal e dedicavam-se sobretudo para a estabilização financeira a curto prazo. Ademais, a onda de privatizações estatais ocorridas no PRES permitiu apenas a transferência de ativos públicos – a baixo custo privado e alto custo social – para “proprietários sem capital”, ou melhor, criação de uma “burguesia capitalista nacional” sustentada na

¹¹⁶ Wuyts (1990).

¹¹⁷ Hanlon (1991, 1997).

¹¹⁸ Macamo (2003).



“expropriação do Estado”¹¹⁹, numa espécie de cumprimento da ‘cláusula’ neoliberal relativa a criação de empreendedores nacionais¹²⁰.

→ a rapidez e amplitude das medidas do PRES provocaram uma aceleração da crise: a economia passou por forte recessão, desemprego e custos sociais elevados, sobretudo da população pobre. O padrão de acumulação anteriormente centrado no Estado não foi substituído por um padrão privado eficiente e competitivo, sem descurar a enorme desindustrialização das cadeias de valor dos principais produtos agrários¹²¹.

Enfim, na mesma linha das medidas anteriores, a abordagem neoliberal mobilizada para redimensionar os problemas de Moçambique não deu resposta à medida das promessas e ou expectativas relativamente a estabilidade, crescimento e desenvolvimento.

Conclusão

A construção do Estado pós-independência em Moçambique é conexas a transição da FRELIMO de movimento de guerrilha para um Partido que toma o poder do Estado e orienta-se a partir da síntese das experiências revolucionárias do próprio povo moçambicano, e não só, inspirada na aliança operário-camponesa. A partir desta perspectiva, o ‘novo’ Estado foi construído em torno de uma utopia de desenvolvimento assente na transformação socialista: um socialismo de mobilização política e ideológica marxista-leninista, pelo menos no plano teórico. É na base da transformação socialista que residia o pressuposto da interdependência entre os setores da agricultura e da indústria para a condução das principais estratégias

¹¹⁹ Castel-Branco (2022a, 2022b) aponta 4 ondas de “expropriação do Estado” em Moçambique: a primeira, entre meados dos anos 1980 e meados de 1990, marcada pelo programa massivo de privatizações de empresas estatais e ações do Estado em empresas privadas; a segunda, durante os anos 2000, caracterizada pela atração do grande capital estrangeiro; a terceira, entre os anos 2005 e 2015, assinalada pela desnacionalização de infraestruturas estratégicas (como ferrovias e portos) e superutilização do espaço da dívida soberana, através subsídios fiscais, parcerias, garantias de dívidas privadas e criação de novas infraestruturas para o núcleo da economia extrativa; e, a quarta sintetizada na política de austeridade, com base no rescaldo de todas crises experimentadas no país.

¹²⁰ Castel-Branco (2014, 2017b, 2017c, 2020, 2022); Castel-Branco e Maia (2022).

¹²¹ Mosca (2021).



desenvolvimentistas da época, particularmente as Aldeias Comunais e o Plano Prospetivo Indicativo.

Dada as dificuldades do país, nos contextos interno, regional e global, acrescidas a falta de clareza – relativamente a pretensa aliança operário-camponesa – e pouca experiência por parte do partido-Estado, as políticas socioeconômicas de Moçambique, no pós-independência, foram severamente comprometidas pelos seus próprios ‘paradoxos operacionais’. Significa dizer que as estruturas e estratégias de desenvolvimento colocadas em marcha pelo Estado tornaram-se antagônicas ao ‘projeto socialista’, tanto pela marginalização, na agricultura, dos setores cooperativo e familiar, quanto pelas práticas ‘anti-comunais’ de embargo a iniciativas populares pró-democracia. Por isso, a adoção de medidas de ajustamento estrutural, concretizadas pelo PRES, carimbava não apenas o reconhecimento dos problemas persistentes enfrentados pelas estratégias socioeconômicas de desenvolvimento implementadas até então, mas também o testamento para a mobilização pelo Estado de novas abordagens estratégicas.

Em termos de pensamento político e ou de governação, existe uma clara diferença entre as 3 políticas socioeconômicas adotadas em Moçambique, no pós-independência, analisadas neste artigo. Enquanto as ACs e PPI atrelavam-se na transformação socialista, o PRES embutia, no fundo, processos liberais ao país. Nos 3 casos, fica evidente que o esforço empreendido pela ‘Frelimo-Estado’ reafirma a ideia de que, uma vez ganha a independência, os partidos libertadores engendraram ambiciosos planos de desenvolvimento visando impor novo rumo à nação em construção, mesmo diante das limitações sobre a realidade dos problemas e das consequências das opções tomadas.



Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Manuel. G. M. *O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.
- ALMEIDA SERRA, A. M. A. *Política agrária e desenvolvimento económico na República Popular de Moçambique, 1975-85*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1991.
- BORGES COELHO, João Paulo. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas. *Lusotopie*. 2003, 175-193.
- BRAGANÇA, Aquino. *A Questão Rodesiana: a questão mais candente da África hoje*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.
- BRAGANÇA, Aquino. Independência sem Descolonização: A Transferência do Poder em Moçambique 1974-1975. *Estudos Moçambicanos*. 1986, 5/6, 7-28.
- BRAGANÇA, Aquino; DEPELCHIN, Jacques. A idealização da Frelimo. À compreensão da história de Moçambique. *Estudos Moçambicanos*. 1986, 5/6, 29-52.
- BRAGANÇA, Aquino; FIRST, Ruth. Socialização do campo e planificação – editorial. *Estudos Moçambicanos*. 1981, 3, 2-8.
- BRITO, Luís. *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo: IESE, 2019.
- CABRITA, João M. *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. Basingstoke: Palgrave, 2000.
- CAHEN, Michel. *Mozambique: La Révolution implosée. Étude sur 12 ans d'indépendance (1975-1987)*. Paris: Points de Vue Concrets, L'Harmattan, 1987.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. (ed). Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In: *Moçambique Perspectivas Económicas*. Maputo: FE-UEM e Fundação Friedrich Ebert - Moçambique, 1994a, 87-157.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. (ed). Problemas Estruturais de Industrialização: a indústria transformadora. In: *Moçambique Perspectivas Económicas*. Maputo: FE-UEM e Fundação Friedrich Ebert - Moçambique, 1994b, 158-174.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. Opções económicas de Moçambique 1975-95: problemas, lições e ideias alternativas. In: MAZULA, Brazão (ed). *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: Brazão Mazula, 1995, 581-636.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*. 2014, 41, 26-48.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. Finanças Internacionais e Formação do Capitalismo Nacional em Moçambique. In: FORQUILHA, Salvador (org). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE, 2020, 141-184.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. Crises Económicas e Estruturas de Acumulação de Capital em Moçambique. In: BRITO, Luís et. al. (org). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, 2017a, 99-164.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. Lógica Histórica do Modelo de Acumulação de Capital em Moçambique. In: BRITO, Luís et. al. (org). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, 2017b, 257-302.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. Novas Questões e Caminhos de Investigação. In: BRITO, Luís et. al. (org). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, 2017c, 303-308.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. The historical logic of the mode of capital accumulation in Mozambique. *Review of African Political Economy*. 2022, 49(171), 1-35.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N.; MASSINGUE, Nelsa; ALI, Rosimina. Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. In: BRITO, Luís et. al. (org). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, 2010, 183-216.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; MAIA, Diogo. Financialisation, narrow specialisation of production and capital accumulation in Mozambique. *Review of African Political Economy*. 2022, 49(171), 46-66.
- COSTA, Ana B. A pobreza, a guerra e a paz em Moçambique: teorias, relações e percepções. *Conference Paper N° 20*. Maputo: IESE, 2009.



- DARCH, Colin. *Uma história de sucesso que correu mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica*. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung Moçambique, 2018.
- DINERMAN, Alice. In search of Mozambique: the imaginings of Christian Geffray in La Cause des armes au Mozambique. *Anthropologie d'une guerre civile. Journal of Southern African Studies*. 1994, 20(4), 569-586.
- DINERMAN, Alice. Moçambique depois do socialismo: a independência revisitada. *Relações Internacionais*. 2007, 15, 101-124.
- DORMAN, Sara R. Post-Liberation Politics in Africa: Examining the Political Legacy of Struggle. *Third world Quarterly*. 2006, 27(6), 1085-1101.
- FRANCISCO, António. Sociedade Civil em Moçambique: expectativas e desafios. In: BRITO, Luís et. al. (org). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, 2010, 51-105.
- FLORÊNCIO, Fernando. Christian Geffray e a Antropologia da Guerra: Ainda a propósito de *La Cause des Armes au Mozambique*. *Etnografia*. 2002, 6(2), 347-364.
- GALLO, Fernanda B. G. "Para poderes viver como gente": Reflexões sobre o Persistente Combate ao Modo de Vida Disperso em Moçambique. *Revista Cantareira*. 2016, 25, 16-29.
- GEFFRAY, Christian. Sobre a Guerra Na Província de Nampula. Elementos de Análise e Hipóteses sobre as Determinações e Consequências Socioeconômicas Locais. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. 1986 4(5), 303-321.
- GEFFRAY, C. *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Trad. FERREIRA, Adelaide Odete. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- HALL, Margaret. The Mozambican National Resistance Movement (RENAMO): a study in the destruction of a country. *Africa*. 1990, 60(1), 39-68.
- HANLON, Joseph. Mozambique: The Revolution under fire [Em linha]. London: Zed Books, 1984.
- HANLON, Joseph. *MOZAMBIQUE. Who Calls the Shots?* London: James Currey, 1991.
- HANLON, Joseph. *Paz Sem Benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: CEA/UEM, 1997.
- ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder: Westview, 1983.
- JARDIM, Jorge. *Moçambique: terra queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976.
- LOURENÇO, Vítor A. Estado(s) e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Análise de um processo de transformação política. *CEA-Occasional Paper*. 2005, 14, 1-66.
- MACAMO, Elísio. Da Disciplinarização em Moçambique: Ajustamento Estrutural e as Estratégias Neoliberais de Risco. *Africana Studia*. 2003, 6, 231-255.
- MACHEL, Samora. Carta ao Primeiro-Ministro do Governo Provisório de Portugal. *O Jornal*. 1979, 1-11.
- MACHAVA, Benedito. Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2015, 106, 53-84.
- MACKINTOSH, Maureen; WUYTS, Marc. Accumulation, social services and socialist transition in the third world: Reflections on decentralised planning based on the Mozambican experience. *The Journal of Development Studies*. 1988, 24(4), 136-179.
- MATSIMBE, Zefanias. Partidos Libertadores na África Austral: reflexão sobre os desafios para Moçambique. In: BRITO, Luís et. al. (org). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, 2017, 61-79.
- MINTER, William. The Mozambican National Resistance (Renamo) as Described by Ex-participants. *Research Report*. 1989, 1-18.
- MINTER, William. *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*. Witwatersrand: Witwatersrand University Press, 1994.
- MONTEIRO, José Óscar. O Estado Moçambicano: entre o modelo e a realidade social. *Documento não publicado*. Maputo, 2006.
- MOSCA, João. Evolução da agricultura moçambicana no período pós-independência. *Documento de Trabalho*. 1996, 3, 1-51.
- MOSCA, João. *Políticas Agrárias de (em) Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2011.



- MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. *REVISTA NERA*. 2017, 20(38), 68-105.
- MOSCA, João. Des(continuidades) políticas e económicas de longa duração do sector familiar (camponeses) em Moçambique. *OMR - Observatório do Meio Rural*. 2021, 111, 1-32.
- NASCIMENTO, A. Estados, poderes locais e representatividades políticas: das experiências socialistas aos multipartidarismos nos Países Africanos de Língua oficial Portuguesa. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio (org). *Municipalismo e Poderes Locais*. Maputo: Alcance Editores, 2015, pp. 215-290.
- NILLSSON, Anders; ABRAHAMSSON, Hans. *Moçambique em Transição. Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: CEEI-ISRI, 1994.
- O'LAUGHLIN, Bridget. A Questão Agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*. 1981, 3, 9-32.
- O'LAUGHLIN, Bridget. A Base Social da Guerra em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*. 1991, 10, 107-147.
- O'LAUGHLIN, Bridget. Past and present options: land reform in Mozambique. *Review of African Political Economy*. 1995, 22(63), 99-106.
- O'LAUGHLIN, Bridget. Through a divided glass: Dualism, class and the Agrarian question in Mozambique. *The Journal of Peasant Studies*. 1996, 23(4), 1-39.
- O'LAUGHLIN, Bridget. Produtividade Agrícola, Planeamento e Cultura do Trabalho em Moçambique. In: BRITO, Luís et. al. (org). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, 2016, 225-253.
- O'LAUGHLIN, Bridget. Produtividade Agrícola, Planeamento e Cultura do Trabalho em Moçambique. In: ALI, Rosimina; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; MUIANGA, Carlos (org). *Emprego e transformação económica e social em Moçambique*. Maputo: IESE, 2017, 35-62.
- O'MEARA, Dan. The Collapse of Mozambican Socialism. *Transformation*. 1991, 14, 82-103
- OPPENHEIMER, Jochen. *A cooperação para o desenvolvimento no contexto do ajustamento estrutural e da guerra: o caso de Moçambique*. Prova de Agregação – ISEG, Lisboa, 1993.
- QUEMBO, Carlos D. O poder do poder: Operação Produção (1983) e a invenção dos “improdutivos” no Moçambique pós-colonial. *Cadernos de História de Moçambique*. 2012, 1, 65-81.
- QUEMBO, Carlos D. *PODER DO PODER: Operação Produção e a invenção dos “improdutivos” no Moçambique urbano socialista, 1983-1988*. Maputo: Alcance Editores, 2015.
- SIEBERT, G. The vagaries of violence and power in post-colonial Mozambique. In: ABBINK, Jon; DE BRUIJN, Mirjam; WALRAVEN, Klaas Van (ed). *Rethinking Resistance: Revolt and Violence in African History*. Leiden; Boston: Brill, 2003, 253-276.
- SILVA, Teresa Cruz. Igrejas Protestantes no Sul de Moçambique e o Nacionalismo: o caso da “Missão Suíça” (1940-1974). *Estudos Moçambicanos*. 1991, 10, 19-39.
- SILVA, Teresa Cruz. Zedequias Manganhela: notas para uma releitura das relações Estado Colonial – Igrejas Protestantes, na década de 70. *Estudos Moçambicanos*. 1993, 13, 27-49.
- SILVA, Teresa Cruz. Educação, identidades e consciência política: a missão suíça no Sul de Moçambique (1930-1975). *Lusotopie*. 1998, 5, 397-406.
- TEMUDO, Marina Padrão. Campos de batalha da cidadania no norte e Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*. 2005, 7(8), 31-51.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia*. 2008, 51(1), 177-214.
- TRINDADE, João Carlos. Rupturas e continuidades nos processos jurídicos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; TRINDADE, João Carlos. *Conflito e transformação social, uma paisagem das justiças em Moçambique*. Vol. 1. Porto: Afrontamento, 2003, 97-128.
- VAN WYK, Jo-Ansie. A. Political Leaders in Africa: Presidents, Patrons or Profiteers? *ACCORD Occasional Paper Series*. 2007, 2(1), 1-38.
- VINES, Alex. *RENAMO. Terrorism in Mozambique*. London: James Currey, 1991.
- VINES, Alex. Food & Famine – Tools of War in Mozambique. *Report*. 1992, 81-98.



- VINES, Alex. The Business of Peace: 'Tiny' Rowland, Financial Incentives and the Mozambican Settlement. In: ARMON, Jeremy; HENDRICKSON, Dylan; VINES, Alex. The Mozambican Peace Process in Perspective. *An International Review of Peace Initiatives*. 1998, 3, 66-74.
- WEST, H. G. «Governem-se vocês mesmos!» Democracia e carnificina no Norte de Moçambique. Trad. RIBEIRO, Joana. *Análise Social*. 2008, XI.III (2), 347-368.
- WUYTS, Marc. The Mechanization of Present-Day Mozambican Agriculture. *Development and Change*. 1981a, 12, 1-27.
- WUYTS, Marc. Sul de Save: estabilização e transformação de Força de Trabalho. *Estudos Moçambicanos*. 1981b, 3, 33-44.
- WUYTS, Marc. *Money and planning for socialist transition: the Mozambican experience*. PhD thesis, The Open University, 1986.
- WUYTS, Marc. Economic Management and Adjustment Policies in Mozambique. *Working Paper*. 1989, 52, 1-31.
- WUYTS, Marc. Gestão Económica e Política de Reajustamento em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*. 1990, 8, 99-124.
- WUYTS, M. Foreign Aid, Structural Adjustment, and Public Management: The Mozambican Experience. *Development and Change*. 1996, 27(4), 717-749.
- WUYTS, M. The agrarian question in Mozambique's transition and reconstruction. *WIDER Discussion Paper (Working Paper)*. 2001, 14, 1-19.
- YOUNG, C. The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing African Political dynamics. *African Affairs*. 2004, 103(410), 23-49.
- Legislação**
- Constituição da República Popular de Moçambique. *Boletim da República*. I Série, Número I, 25 de Junho de 1975.
- Decreto-Lei n.º 21/75 de 11 de outubro – cria o Serviço Nacional de Segurança Popular.
- Lei n.º 2/79, de 1 de Março de 1979 – define os Crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular.
- Lei n.º 5/83, de 1 de Abril – aprova a justiça revolucionária da República Popular de Moçambique.
- Outras Fontes**
- Centro de Estudos Africanos. Documento para Seminário sobre Aldeias Comunais 1979-1980. CEA. 1979.
- Centro de Estudos Africanos. Poder Popular e Desagregação das Aldeias Comunais do Planalto de Mueda. CEA. 1986.
- FRELIMO. Discurso de Samora Machel no acto de Abertura da 8ª Sessão do Comité Central da Frelimo. *Documento Informativo*. Maputo, 1976, 40, 43-54.
- FRELIMO. *Documentos do 3º Congresso da Frelimo - Relatório do Comité Central ao 3º Congresso*. Maputo: Frelimo, 1979.
- Revista Tempo. *Aldeias Comunais: O PRESENTE E O FUTURO*. Maputo, 21 de Agosto de 1977, n.º 359, 42-47.



“Reviewing 50 Years Of Independence In Mozambique” Post-Independence State Building and Socio-Economic Policies

Abstract: This article analyses the historical trajectory of the socio-economic policies adopted by the State in Mozambique, particularly in the first decades following its independence. The postcolonial state-building process was marked by a series of dynamics, limitations, and paradoxes related to socioeconomic options that proved incapable of addressing the problems they set out to solve over time. Following a political economy perspective supported by the historical tracing process, this article is the result of a literature and documentary review, focusing on the contours of three main development strategies of the period: Communal Villages, Indicative Prospective Plan, and Economic Rehabilitation Program. From this exercise, it is concluded that using democratic centralism, Frelimo structured its development projects along a ‘winding path’, constructed by the party-State itself, through the centralising discourse and attitude employed towards the State. This state-led approach is, however, associated with the failure of these development strategies, manifested by the adoption of inadequate measures that were incongruent with the prevailing economic, political and social reality, associated with intolerance towards any type of scenario that compromised the intended socialist ‘revolutionary ideology’.

Keywords: State building; post-independence; socioeconomic policies.

Recebido: julho/2025

Aprovado: novembro/2025.